

Versão PDF da entrada

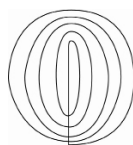
O CONTINGENTE A PRIORI

URI:

da EDIÇÃO DE 2013 do

COMPÊNDIO EM LINHA DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2012-2015 FCT Project PTDC/FIL-FIL/121209/2010



Editado por
João Branquinho e Ricardo Santos

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica
Copyright © 2013 do editor
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

O Contingente A Priori
Copyright © 2013 do autor
Marco Ruffino

Todos os direitos reservados

O Contingente *A Priori*

A discussão em torno de enunciados ou proposições que representam verdades contingentes que, não obstante, supostamente podem ser conhecidas *a priori* ganhou notoriedade principalmente a partir do trabalho de Saul Kripke em *Naming and Necessity* (1980). Kripke chama a atenção para o fato de as noções de necessidade e de aprioricidade (e, conseqüentemente, de seus duais, i.e., contingência e aposterioridade) não são intensionalmente equivalentes, uma vez que a primeira diz respeito à preservação da verdade nos diferentes mundos possíveis, enquanto a segunda diz respeito à forma em que uma verdade é conhecida. Ou seja, a primeira noção é *metafísica*, enquanto a segunda é *epistêmica*. Mas além de argumentar que estas noções não são intensionalmente equivalentes (o que é razoavelmente fácil de se aceitar se partirmos do pressuposto que metafísica e epistemologia são dois campos distintos de investigação, cada uma com suas classificações e distinções próprias) Kripke procura mostrar que elas tampouco são extensionalmente equivalentes (i.e., nem toda verdade necessária é *a priori*, e nem toda verdade contingente é *a posteriori*), e isso é muito mais surpreendente e causou forte polêmica na epistemologia e filosofia da linguagem contemporâneas. No ensaio “Demonstratives” de David Kaplan (1989) temos conclusões semelhantes às de Kripke como resultado do aparato conceitual que aquele desenvolveu para lidar com o fenômeno da indexicalidade (i.e., com aquelas expressões como ‘aqui’, ‘agora’, ‘isto’, etc., cuja extensão depende essencialmente do contexto de proferimento).

Neste texto faremos inicialmente uma exposição breve e geral dos exemplos clássicos de Kripke e de Kaplan de verdades contingentes *a priori*. Em seguida, discutiremos algumas objeções levantados aos mesmos, especialmente por Donnellan (1977) e Soames (2003, 2005). Veremos ainda que algumas destas objeções podem ser generalizadas de tal forma a se estender a outras combinações de modalidades (i.e., não apenas ao contingente *a priori*), conforme apontado por Jeshion (2000) e mais recentemente por Hawthorne e Manley (2012). Por fim, veremos como contornar pelo menos parte do desconforto gerado pelos exemplos de Kripke e Kaplan.

1 Nomes próprios e contingente *a priori*

Dois ingredientes teóricos são essenciais na montagem dos exemplos de Kripke. O primeiro é a tese central de *Naming and Necessity* a respeito da semântica de nomes próprios, i.e., que estes são não apenas rígidos mas também diretamente referenciais. Ou seja, o significado de um nome próprio não é dado por um conteúdo descritivo, mas é o próprio objeto referido. O segundo ingrediente é a diferenciação entre duas formas em que nomes e descrições definidas podem estar relacionados. Ao se introduzir um nome com auxílio de uma descrição em uma frase da forma ‘N é DD’ (onde ‘N’ é um nome próprio e ‘DD’ é uma descrição usada para introduzi-lo), pode ocorrer que ‘DD’ tenha apenas o papel de fixar a referência de ‘N’, sem fornecer nada mais em termos de seu significado. Neste caso, a função de ‘DD’ é apenas destacar um objeto que é estipulado como sendo o referente de ‘N’ que, sendo um nome próprio, passa a se referir rigidamente a este objeto. ‘DD’, caso não seja rígida, terá portanto um comportamento modal distinto de ‘N’, designando distintos indivíduos em distintos mundo possíveis. Mas pode ocorrer também que ‘DD’ seja apresentada como fornecendo o significado de ‘N’. Neste caso ‘N’ e ‘DD’ são sinônimos na verdadeira acepção do termo, e têm, portanto o mesmo comportamento modal, designando exatamente o mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis. (O indivíduo designado por mudar de mundo possível para mundo possível, mas em cada mundo possível ‘N’ e ‘DD’, caso designem um indivíduo naquele mundo, designam exatamente o mesmo indivíduo.)

O primeiro exemplo clássico considerado por Kripke (1980: 54-6), e que foi na verdade introduzido por Wittgenstein (e para ilustrar uma tese bem diferente da de Kripke), é o de um enunciado sobre o comprimento da barra de platina usada como o metro padrão original (vamos chamá-la de S). A convenção feita foi que a medida de um metro seria, por estipulação, o comprimento de S em um instante determinado t_0 (uma vez que o comprimento da barra pode variar com o tempo). Ou seja, a seguinte identidade, que corresponde ao “batismo” do ‘metro’, foi estipulada como sendo verdadeira:

(M) O comprimento de S no instante t_0 é um metro.

Aqui ‘um metro’ funciona semanticamente como o nome de um ob-

jeto abstrato, i.e., de determinado comprimento.¹ Então, segundo Kripke, uma vez feita a estipulação, sabemos de maneira *a priori* (i.e., sem necessidade de recorrer a processos de medição) que (M) é verdadeira. No entanto, (M) não expressa uma verdade necessária: a descrição ‘O comprimento de S no instante t_0 ’ não é rígida (pois a barra poderia ter tamanhos diferentes no instante t_0 em diferentes mundos possíveis), enquanto o nome ‘um metro’ é rígido, referindo-se sempre à mesma medida em todos os mundos possíveis; portanto há mundos possíveis onde (M) é falsa.

O segundo exemplo clássico de Kripke explora aspectos da história da descoberta (ou postulação) do planeta Netuno pelo astrônomo Leverrier em 1846. Antes mesmo de que o planeta fosse efetivamente observado, Leverrier chegou à conclusão de que certas perturbações na órbita de Urano seriam explicáveis pela existência de outro planeta que até então ainda não tinha sido observado. O planeta Netuno foi então batizado (antes de qualquer evidência direta de sua existência, que de fato só apareceu algum tempo depois) usando através da seguinte identidade:

(N) Netuno é o planeta perturbador da órbita de Urano.

Assim como no caso anterior, neste caso podemos dizer que Leverrier conhecia a verdade de (N) de maneira *a priori* (i.e., sem que nenhuma observação direta de Netuno estivesse disponível). Há aqui uma ressalva importante: caso não exista um único perturbador das órbitas planetárias, então ‘Netuno’ na verdade não tem referente, e como o significado de um nome próprio é, de acordo com Kripke, o objeto referido, neste caso (N) não expressaria uma verdade (e nem mesmo uma proposição). Portanto a ressalva é precisa existir um único perturbador da órbita de Urano. Ou, mais sinteticamente, podemos dizer que Leverrier conhecia *a priori* a seguinte proposição condicional:

(N*) Se existe um único planeta perturbador da órbita de Urano, então ele é Netuno.

Tanto no exemplo do metro quanto no exemplo de Netuno, as des-

¹ Não vem ao caso aqui discutir o status metafísico do objeto referido por ‘um metro’.

crições definidas empregadas ('o comprimento da barra S em t_0 ' e 'o planeta perturbador da órbita de Urano') são descrições que apenas fixam a referência dos nomes correspondentes ('Um metro' e 'Netuno', respectivamente), sem ao mesmo tempo fornecer o significado destes nomes. Portanto, ambas descrições têm comportamentos modais diferentes dos nomes introduzidos por seu intermédio.

Temos então uma proposição contingente e obviamente verdadeira (já que assim foi estipulada) cuja verdade pode ser conhecida *a priori*. Algo fundamental nestes exemplos é que temos a fixação do referente de um designador rígido como sendo o objeto capturado por uma descrição definida que usa uma propriedade contingente do mesmo. Ou seja, os referentes de um designador rígido 'N' e de uma descrição não-rígida 'DD' são, por convenção, estipulados como sendo o mesmo. Então embora os referentes coincidam no mundo atual, eles divergirão em outros mundos possíveis, e a proposição expressa por 'N é DD' é contingente. Por outro lado, devido ao fato de que 'N é DD' foi estabelecido por estipulação, sendo, portanto, o que fixou o valor semântico de 'N', temos que a verdade de 'N é DD' pode ser conhecida sem recurso a nenhum tipo usual de evidência empírica. Um detalhe importante é que verdades deste tipo apenas são de fato exemplos de verdades contingentes *a priori* se o nome 'N' é de fato um designador rígido. Pois suponha que não seja, i.e., que 'N' seja na verdade uma abreviação para a descrição 'D.D.'. Neste caso, a sentença teria a forma 'D.D. é D.D.', e não se trataria aqui de uma verdade contingente, mas sim de uma verdade necessária.

Kripke também aponta para casos duais, i.e., de verdades que embora necessárias, apenas podem ser conhecidas de maneira *a posteriori*. Seus melhores exemplos são o de identidades verdadeiras da física (e.g., 'calor é movimento molecular' ou 'água é H₂O'), em que, dos dois lados da identidade temos termos que se referem diretamente a eventos físicos. Como a contribuição semântica dos dois termos da identidade é o mesmo fenômeno, a proposição expressada é uma verdade necessária, embora a sua descoberta seja o resultado de uma longa investigação empírica (sendo, portanto, *a posteriori*). Neste artigo deixaremos de lado as verdades necessárias *a posteriori*, e nos concentraremos nos casos de verdades contingentes *a priori* (embora os dois tipos de exemplos estejam intimamente relacionados).

2 Indexicais e contingente *a priori*

Na teoria dos demonstrativos (e indexicais em geral) de Kaplan (1989) encontramos exemplos equivalentes, tanto de enunciados necessários que apenas podem ser conhecidos *a posteriori*, quanto de enunciados contingentes que podem ser conhecidos *a priori*. Para entender estes exemplos, precisamos fazer uma breve incursão pela teoria de Kaplan.

Um primeiro ponto importante é que há basicamente dois tipos de indexicais: de um lado temos os *demonstrativos* como ‘este’, ‘aquele’, ‘ele’, etc. que requerem uma demonstração associada (tipicamente um apontar) para poder designar um objeto, um indivíduo, etc.; de outro lado temos aquilo que Kaplan chama de *indexicais puros*, i.e., termos como ‘aqui’, ‘agora’, ‘eu’, etc., que não necessitam de uma demonstração para designarem um local, instante, pessoa, etc.

Um segundo ponto importante é que há uma forte analogia entre demonstrações e descrições definidas: uma demonstração pode ser vista como uma forma de se descrever um objeto em uma situação e, assim como uma descrição, podemos imaginar uma mesma demonstração em situações contrafactuais diferentes. (Por exemplo, o mesmo gesto demonstrativo apontando Venus na manhã pode ser imaginado em uma situação contrafactual na qual o objeto apontado seria Saturno, i.e., uma situação na qual o sistema solar fosse diferente de tal forma que o corpo celeste mais brilhante visível no amanhecer e indicado pelo apontar seria Saturno). A demonstração (i.e., o gesto demonstrativo) seria assim algo análogo à descrição ‘o corpo celeste mais brilhante visível no amanhecer’. Motivado por esta analogia entre demonstrações e descrições definidas, e pelo fato de um demonstrativo adicionado a uma demonstração resultar em um designador rígido do objeto demonstrado, Kaplan introduz um operador rigidificador de descrições definidas, que ele chama de ‘dthat’. Assim ‘dthat[o corpo celeste mais brilhante visível no amanhecer]’ funciona como um designador rígido de Vênus, da mesma forma que ‘aquilo[α]’ (onde α é um gesto apontando Vênus). Embora ‘dthat’ não exista na linguagem natural, ele mimetiza propriedades de vários operadores análogos que efetivamente são usados na mesma, e pode assim funcionar como uma espécie de paradigma de demonstrativo.

Um terceiro ponto importante é a distinção entre duas dimen-

sões ou dois valores semânticos para indexicais que Kaplan chama de *caráter* e *conteúdo*. O caráter é uma regra geral que associa um referente apropriado ao indexical em cada contexto (por exemplo, o dia apropriado a ‘hoje’ pronunciada em cada contexto diferente), e corresponde aproximadamente ao que consideramos como sendo seu significado linguístico. O caráter é único e não muda de contexto para contexto. (E.g., o caráter da palavra ‘hoje’ é o mesmo em todos os dias em que ela é usada.) O conteúdo é o referente associado pelo caráter em cada contexto, e pode portanto mudar de contexto para contexto. (E.g., ‘hoje’ se refere a dias diferentes em diferentes contextos, desde que estes contextos envolvam dias diferentes.)

Um quarto ponto importante é que tanto indexicais puros quanto demonstrativos, quando empregados em um contexto específico, se transformam em designadores rígidos (e mesmo diretamente referenciais) dos objetos designados naquele contexto. (Não discutiremos aqui os argumentos de Kaplan para esta tese; basta dizer que eles basicamente apelam para o comportamento modal rígido de indexicais que têm fixado seu referente em contextos de uso específicos.)

Munido deste aparato conceitual, Kaplan propõe uma explicação de alguns fenômenos intuitivos e curiosos associados aos indexicais. Por exemplo, o fato de

Eu estou aqui agora.

que envolve os indexicais puros ‘eu’, ‘aqui’ e ‘agora’ ser verdadeira em qualquer contexto de uso, sem no entanto expressar uma verdade necessária, uma vez que, em outro mundo possível, o agente do proferimento poderia estar em outro lugar no instante do proferimento. Da mesma forma, a frase do cogito cartesiano,

Eu existo.

é verdadeira sempre que dita (ou simplesmente pensada, como sugere Descartes), sem no entanto expressar uma verdade necessária, uma vez que a existência do sujeito que a profere (ou pensa) não é necessária.

Como podem sentenças como as acima serem sempre verdadeiras quando proferidas em qualquer contexto, e ao mesmo tempo não expressarem verdades necessárias? A explicação de Kaplan (1989, p. 539) é a que aprioricidade e a necessidade têm a ver com dimensões

semânticas diferentes. *A priori* e *a posteriori* são características epistêmicas do caráter de uma sentença. O caráter de uma sentença é *a priori* se o conteúdo por ele determinado em cada contexto de uso for verdadeiro. Já necessidade (ou contingência) são noções metafísicas relacionadas ao conteúdo determinado em cada contexto de uso. Um conteúdo é necessário se for verdadeiro em todo mundo possível. No exemplo acima, o caráter de ‘eu estou aqui agora’ determina um conteúdo verdadeiro em qualquer contexto, sendo portanto *a priori*, mas ainda que ‘Robson Reis está em Santa Maria em 16 de novembro de 2006’ e ‘Marco Ruffino está na Cidade do México em 17 de janeiro de 2013’ sejam verdadeiras, não são necessárias, e sim contingentes.

Consideremos agora a seguinte sentença contendo um demonstrativo:

$$d_{\text{that}}[a] = a$$

(onde α é uma descrição não-rígida). Ela é verdadeira em toda ocasião de uso, sendo, portanto, uma verdade *a priori*. No entanto, como temos do lado esquerdo um designador rígido, e do direito uma descrição definida não rígida, trata-se de uma sentença que não expressa uma verdade necessária, uma vez que em todos os mundos possíveis ‘ $d_{\text{that}}[\alpha]$ ’ se refere ao mesmo indivíduo, mas o referente de α pode mudar. Este exemplo de Kaplan é o correlato dos exemplos de Kripke, uma vez que em ambos os casos temos uma identidade entre um designador rígido de um objeto e uma descrição definida não-rígida deste mesmo objeto.

3 Contingente *a priori* e conhecimento *de re*

Donnellan (1977) levantou dúvidas com relação ao real ganho epistêmico nos casos de contingente *a priori* obtidos por meio de estipulação linguística. De acordo com ele, aquilo que se obtém através pura e simplesmente da estipulação linguística do tipo (N) apenas pode ser um conhecimento trivial de natureza metalinguística, mas não chega a ser conhecimento *a priori* no sentido mais interessante do termo. Para articular sua crítica, Donnellan apela para uma distinção intuitiva entre *saber que uma sentença é verdadeira*, e *saber qual verdade uma sentença é*, e nos casos destes exemplos, segundo ele, pode ser que um sujeito saiba que as sentenças são verdadeiras, mas não que

verdade elas expressam. Uma ilustração: alguém que nada sabe da língua alemã pode ser informado por um falante autorizado que a sentença ‘*Da steh ich nun, ich armer Tor, Und bin so klug als wie zuvor!*’ é verdadeira, mas não ter a menor idéia de que verdade ela expressa. Exemplos de contingente *a priori* à la Kripke e à la Kaplan, nos quais o sujeito não tem idéia de qual o objeto relevante em questão, seriam, segundo Donnellan, do mesmo tipo. Para que fosse algo mais interessante, um requisito mais forte precisa ser satisfeito: o conhecimento em questão precisaria ser *de re*, i.e., tem que haver alguma forma de acesso direto ao objeto que é batizado através da estipulação linguística: temos que saber de qual objeto estamos predicando a propriedade em questão. (Tipicamente este acesso é alguma forma de *acquaintance* com o objeto do conhecimento.) Algo que Donnellan não diz explicitamente mas que podemos concluir de seu argumento é que seria duvidoso que, ao satisfazer os requisitos necessários para credenciar o conhecimento como *de re*, ainda possamos falar de conhecimento *a priori*.

Donnellan recorre ainda a dois exemplos para mostrar a vacuidade do conhecimento obtido exclusivamente através da estipulação linguística. Suponha que batizemos hoje rigidamente de ‘Newman’ a primeira pessoa nascida no século XXII; não temos idéia hoje de quem será esta pessoa, mas sabemos que haverá alguma, e assim a batizamos. Suponha que dentro de cem anos encontremos esta primeira pessoa nascida no século XXII, que de fato foi batizada de ‘John’ por seus pais. Neste caso, pareceria estranho dizer a John ‘eu já sabia 100 anos antes de seu nascimento que você seria a primeira pessoa nascida no século XXII, e que seu nome seria Newman’, e a estranheza vem do fato de que não tínhamos, antes do nascimento efetivo de John, conhecimento *de re* correspondendo a ‘Newman é a primeira pessoa nascida no século XXII’. O segundo exemplo elabora o caso de Leverrier. Suponha que haja habitantes em Netuno, e que eles se referem ao seu próprio planeta como Enutpen. Suponha ainda que os habitantes de Enutpen tenham um super telescópio, observam Leverrier e suas investigações, sabem que ele ainda não tem nenhuma forma de acesso direto a Enutpen, e sabem que ele realizou o batismo (N). Neste caso, segundo Donnellan, pareceria estranho que os habitantes de Enutpen dissessem ‘Leverrier sabe que Enutpen é responsável pela perturbação da órbita de Urano’. Para que se tratasse

de um conhecimento real, deveria ser plausível usar ‘Enutpen’ para descrever a crença de Leverrier. Na verdade, deveria ser irrelevante qual o nome utilizado para descrevê-la. Mas isto é implausível, pois a crença de Leverrier está atada ao nome ‘Netuno’, já que a mesma deriva todo o seu conteúdo do batismo (N).

Soames (2003) também discorda que os exemplos de Kripke representem conhecimento *a priori* genuíno. De acordo com Soames, Leverrier precisa ter algum tipo de familiaridade com o seu objeto (Netuno) sem a qual ele nem sequer pode apreender a proposição expressa por (N). Mas se ele está familiarizado com Netuno (e.g., por observação direta) isso implica que o conhecimento em questão não é *a priori*. Em outras palavras, ou o conhecimento de (N) é puramente metalinguístico e, portanto, não há conhecimento astronômico genuíno, ou ele não é *a priori*.

Posteriormente, Soames (2005) elaborou em mais detalhes sua crítica, entrando em aspectos técnicos do sistema formal de Kaplan. Como pretendo mostrar, no entanto, as objeções não estão bem fundamentadas, e assim os exemplos de Kaplan e de Kripke de contingente *a priori* se sustentam.

Kaplan define na seção XIX de “Demonstratives” verdade lógica na sua linguagem **LD** (“Logic of Demonstratives”) como sendo verdade em todas as estruturas-modelo, sendo que uma estrutura-modelo \mathcal{U} é dada por

$$\mathcal{U} = \langle C, W, U, P, T, I \rangle$$

onde C é um conjunto não-vazio de contextos, W um conjunto não-vazio de mundos possíveis, U um conjunto não-vazio de indivíduos, P um conjunto não-vazio de posições espaciais, T é o conjunto dos números inteiros (pensados como instantes temporais), e I (a função de interpretação) associa a cada predicado e símbolo funcional de **LD** uma intensão apropriada. Cada contexto $c \in C$ é composto de um mundo possível $w \in W$, um agente $a \in U$, uma localização $p \in P$, e um instante de tempo $t \in T$. Intuitivamente, uma sentença é uma verdade lógica se, em qualquer contexto de qualquer mundo possível, ela for verdadeira. (Isto torna sentenças como ‘Eu estou aqui agora’ logicamente verdadeiras.)

Como vimos, Kaplan explica a divergência entre as noções de verdade lógica e de verdade necessária com base no fato de os portadores

de uma e de outra propriedade serem diferentes, i.e., caráteres são ou deixam de ser logicamente verdadeiros, enquanto os conteúdos (i.e., proposições) é que são necessários ou contingentes. No entanto, em outras passagens de seu texto, Kaplan também identifica o caráter de uma expressão como sendo o seu significado (“meaning”), que é aquela parte do mesmo que não varia de contexto para contexto, e que todo falante competente deve compreender. Em outras palavras, é este significado que é o portador de verdade lógica (mas não de necessidade) e, portanto, de aprioricidade.

O primeiro ponto crítico em Soames (2005) é direcionado à tese de Kaplan de que caráteres são os portadores de verdade lógica. Pois, como Soames aponta, caráter corresponde à noção intuitiva de significado, e significado é algo que varia de modelo para modelo:

A inclusão da função de interpretação [I] que é indispensável em semântica modelo-teórica garante que as interpretações, e, assim, significados, do vocabulário não-lógico, variará de modelo para modelo. Isto é significativo, porque o vocabulário não-lógico inclui todos os primitivos da linguagem todos os nomes, predicados, e símbolos funcionais além dos símbolos lógicos *standard*, os operadores modais e temporais, e os termos especialmente indexicais e operadores introduzidos por Kaplan em seu sistema formal². (Soames 2005: 48)

A crítica contida nesta passagem estaria justificada se no sistema formal de Kaplan tivéssemos nomes, cujo significado poderia variar de modelo para modelo. No entanto, é um fato significativo o de Kaplan não incluir nomes em seu vocabulário não-lógico, mas sim apenas predicados e símbolos funcionais. Isto indica uma deficiência do sistema formal de Kaplan? Não parece plausível; parece antes que há uma adequação entre os recursos formais introduzidos e o tipo específico de fenômeno lógico-semântico que Kaplan quer estudar. Ele justifica da seguinte maneira a introdução da linguagem formal:

Apenas para estarmos seguros de que não estamos deixando passar algo despercebido, aqui está uma máquina contra o qual podemos testar nossas intuições. (541)

² Aparentemente Soames usa o termo “primitivo” para indicar o vocabulário não-lógico. Mas Kaplan usa este termo indistintamente para o vocabulário lógico e não-lógico, uma vez que predicados e símbolos funcionais são catalogados como “símbolos primitivos”, mas também sinais de pontuação, operadores modais, o operador *dthat*, etc.

Mas quais são as intuições relevantes em discussão? São aquelas concernentes aos indexicais, que na linguagem de Kaplan não fazem parte do vocabulário não-lógico, mas sim do vocabulário lógico. (Kaplan chama os símbolos representando ‘agora’, ‘atual’, ‘ontem’, ‘dthat’, ‘eu’ e ‘aqui’ de símbolos primitivos.) Ou seja, não há variação de significado destes termos de uma estrutura-modelo para outra. Soames aponta que há duas maneiras de se entender o caráter de Kaplan (e que, supostamente, Kaplan oscila entre uma e outra). Uma destas maneiras vê o caráter como, na descrição de Soames, “full-blown meanings-characters in the intended model, if you will”, e a outra maneira como “unrelativized to models-what I have called schematic, or unrelativized, characters” (2005: 49). Ocorre, no entanto, que, para os indexicais relevantes no sistema de Kaplan, estes dois tipos de caráter são o mesmo, uma vez que aqueles fazem parte do vocabulário lógico, e portanto seu significado é o mesmo em todos os modelos. Daí que, para esta porção da linguagem natural, é correto identificar significado com caráter, e assim verdade lógica com aprioricidade.

O que aconteceria se Kaplan tivesse incluído nomes entre as constantes não-lógicas de seu sistema?³ Então alguns acertos teriam que ser feitos em sua noção de validade (ou, ao menos, na noção de função I de interpretação), uma vez que Kaplan abertamente aceita a tese de Kripke de que nomes próprios são designadores rígidos. Assim sendo, seria incompatível com esta tese a ideia de que, em diferentes estruturas-modelo, os nomes poderiam receber diferentes significados (referentes).

A segunda crítica de Soames é contra a tese de Kaplan (fundamental para seus exemplos) de que portadores de verdade lógica e portadores de aprioricidade são as mesmas entidades. Como a noção de aprioricidade é essencialmente epistêmica, itens de aprioricidade devem ser itens de conhecimento (portanto, de alguma maneira, itens de nossa contemplação epistêmica). Soames aqui aponta a tese de que portadores de aprioricidade e de verdade lógica são os

³ Na verdade, Kaplan admite em seu sistema um número infinito de funtores *n*-ários para qualquer *n*, daí que nomes próprio poderiam, em princípio, ser vistos aqui como funtores zero-ários. No entanto, há apenas dois funtores zero-ários explicitamente reconhecidos por Kaplan: um é o funtor ‘I’ e outro é o funtor ‘Here’, e nenhum outro.

mesmos não é consistente com uma famosa distinção que Kaplan estabelece entre “objetos do pensamento” e “significado cognitivo” na seguinte passagem da seção XVII:

É então o caráter o objeto do pensamento? Se você e eu dizemos para nós mesmos

(B) “Eu estou ficando entediado”

nós pensamos a mesma coisa? Não pode ter sido, porque o que você pensou é verdadeiro, enquanto que o que eu pensei é falso.

O que devemos fazer é desenlaçar duas noções epistemológicas: *os objetos do pensamento* (que Frege chamou “Pensamentos”) e o *significado cognitivo de um objeto do pensamento*. Como notamos acima, um caráter pode estar ligado a uma forma de apresentação de um conteúdo. Isto sugere que identifiquemos objetos do pensamento com conteúdos e o significado cognitivo de tais objetos com caracteres[...]

De acordo com esta visão, os pensamentos associados a $dthat[\alpha]$ = $dthat[\beta]$ e $dthat[\alpha] = dthat[\alpha]$ são os mesmos, mas o pensamento (não a denotação, preste atenção, mas o *pensamento*) é apresentado de maneiras diferentes. (Kaplan 1989: 530)

Ou seja, Kaplan propõe chamar de “objetos do pensamento” o conteúdo expresso, mas este conteúdo por si só não tem importância cognitiva, e que esta é dada ultimamente pelo caráter, que é a forma como o conteúdo é apresentado. (Um mesmo conteúdo pode ser dado de diferentes formas, portanto com diferentes significados cognitivos. Por exemplo, posso ter pensado ontem que dia 16 de novembro devo apresentar um trabalho sob a forma ‘amanhã devo apresentar um trabalho’, e hoje penso esta mesma proposição sob a forma ‘hoje devo apresentar um trabalho’; mesma proposição, apresentada de perspectivas diferentes, com significados cognitivos diferentes. Por outro lado, posso pensar tanto hoje quanto há dois anos, ‘hoje devo apresentar um trabalho’: aqui penso em duas proposições diferentes, mas sob uma mesma forma, portanto com o mesmo significado cognitivo.)

Soames leva excessivamente a sério a terminologia de Kaplan aqui, que chama os conteúdos de *objetos do pensamento*, e o caráter de *significância cognitiva*, para dizer que se assim é, então não pode ser o caráter o portador de aprioricidade, pois se algo é *a priori* deve ser objeto do pensamento, sendo portanto os conteúdos (proposições) os candidatos mais naturais a itens do conhecimento *a priori* que os caracteres, ao contrário do que o próprio Kaplan diz.

De todas as três críticas de Soames a Kaplan, esta parece ser a

mais fraca. Kaplan coloca muito claramente que são os caracteres que identificam os estados cognitivos, sendo portanto os verdadeiros objetos de crença. Na passagem citada por Soames Kaplan usa o termo “objetos de pensamento”, mas parece que temos aqui simplesmente um termo técnico, sem o importe epistêmico que Soames quer atribuir, pois Kaplan nada mais diz de epistemicamente significativo sobre estes “objetos de pensamento”, ao contrário de caráter, ao qual é explicitamente atribuído o papel epistêmico fundamental. Mas Soames parece ter razão ao apontar uma certa inconveniência da terminologia de Kaplan. Sua escolha do termo “objetos do pensamento” sugere que se trata de objetos de contemplação epistêmica, o que vai contra o que ele diz em muitas outras passagens.

Até aqui os pontos críticos expostos dizem respeito a detalhes específicos do tratamento de Kaplan. Mas o terceiro ponto crítico de Soames afeta não apenas o exemplo de Kaplan de verdade contingente *a priori* envolvendo o operador ‘dthat’, mas também os exemplos de Kripke do tipo da barra de um metro, como veremos. Soames considera o exemplo (adotado a partir de um famoso exemplo usado por Quine (1956)). Considere:

- (1) Dthat [o mais jovem espião chinês] é o mais jovem espião chinês.

De acordo com Kaplan, a verdade deste enunciado pode ser conhecida simplesmente a partir do conhecimento da verdade de

- (2) O mais jovem espião chinês é o mais jovem espião chinês.

e do funcionamento semântico do operador dthat. (Importante neste exemplo é que, supostamente, não sabemos quem é o mais jovem espião chinês, embora saibamos que deva haver um se o conjunto de espiões chineses for não-vazio.) Ou seja, *a priori* (embora expresse uma proposição contingente, pois este indivíduo em particular poderia não ser o mais jovem espião chinês). De acordo com Soames, o exemplo parece requerer algo impossível, a saber, que simplesmente a partir do conhecimento de 2 (que é uma tautologia), possamos chegar a saber *de um determinado indivíduo* que ele é o mais jovem espião chinês. Ou seja, o problema apontado por Soames é que simplesmente a partir da manipulação conceitual *a priori*, não poderíamos chegar a ter conhecimento *de re* sobre o indivíduo denotado por ‘dthat[

mais jovem espião chinês]’, que, segundo ele, parece ser requerido para o conhecimento da verdade de (1).

A crítica de Soames parece assumir um princípio que Kaplan rejeitaria, a saber, que alguma forma de conhecimento *de re* com respeito ao referente de ‘Dthat [o mais jovem espião chinês]’ seja necessário para conhecer a verdade de (ou mesmo ter qualquer tipo de atitude epistêmica com relação a) (1). De fato, Kaplan assume a tese oposta na seguinte passagem (também citada por Soames):

Não há nada de inacessível para a mente sobre a semântica da referência direta, mesmo quando esta referência é a algo que conhecemos apenas por descrição. O que nos permite tomar várias atitudes proposicionais com relação a proposições singulares não é a forma de nossa familiaridade [*“acquaintance”*] com os objetos, mas nossa habilidade em manipular o aparato conceitual da referência direta. (Kaplan 1989: 536)

Por que então Soames aponta esta necessidade, mesmo contra a observação de Kaplan acima? Uma possibilidade é que ele está pensando não simplesmente em enunciados do tipo (1) acima, mas sim nos enunciados que reportam o conhecimento *a priori* como o seguinte:

- (3) Dirk sabe *a priori* que dthat[o mais jovem espião chinês] é o mais jovem espião chinês.

Nesta perspectiva, a atribuição de conhecimento *a priori* de um enunciado parece requerer que sejamos capazes de construir uma sentença reportando este conhecimento *a priori* ao seu sujeito. E isto gera um fenômeno semântico interessante, inicialmente notado por Perry (1977: 19) e pelo próprio Kaplan (1989: 557). Soames aponta que a verdade de (3) requer que Dirk conheça a proposição expressa pela sentença (1) que ocorre dentro do contexto do verbo epistêmico. Por que ele diz isso? Temos aqui que lembrar alguns detalhes importantes da teoria de Kaplan. Como vimos acima, Kaplan distingue o conteúdo de sentenças expresso em um contexto dado (tal conteúdo, que ele chama, como vimos, de “objetos do pensamento”, é uma proposição Russelliana) do significado cognitivo da mesma, que não é a proposição e sim o caráter: é este que tem relevância em nossas crenças (ao menos nas crenças que estão relacionadas à nossa localização no mundo, aquilo que Perry chama de “self-locating beliefs”). Assim, por exemplo, não tem relevância para mim (no sentido de motivar a minha ação) a crença na proposição eterna de que Marco Ruffino

deve apresentar uma comunicação na Cidade do México no dia 21 de janeiro de 2013, pois posso ter esta crença antes, durante e depois desta data, sem ser movido a agir. É apenas quando me convenço de que sou EU que devo apresentar a comunicação, e que o dia é HOJE que sou motivado e começo a falar. Ou seja, crença e ação estão, na concepção de Kaplan (e nisto ele segue de perto Perry) ligadas basicamente com o caráter, e não com o conteúdo. Mas embora isso seja assim, quando queremos reportar uma crença em terceira pessoa, parece que o conteúdo, e não o caráter, assume papel preponderante. Consideremos a situação em que Dirk pense um certo dia

- (4) Eu devo fazer uma apresentação hoje.

De acordo com Kaplan e Perry, sua relação cognitiva aqui é fundamentalmente com o caráter associado a ‘eu’ e a ‘hoje’. No entanto, se no dia seguinte quisermos relatar em discurso indireto o que Dirk acreditava naquela ocasião, não seria correto simplesmente colocar a sentença com o mesmo caráter no escopo do verbo epistêmico

- (5) Dirk acreditava que eu devo fazer uma apresentação hoje.

mas produzir alguma adaptação como

- (6) Dirk acreditava que ele deveria fazer uma apresentação on tem

Em (6), o papel preponderante no relatório em terceira pessoa da crença não é o caráter, e sim o conteúdo.

Muito provavelmente é esta a razão pela qual Soames aponta que a verdade de (3) requer que Dirk saiba, da pessoa que efetivamente é o mais jovem espião chinês, que ele tem esta propriedade. Caso isto esteja correto, então segue-se uma conclusão negativa para o tipo de exemplo de contingente *a priori* apresentado por Kaplan: saber que uma determinada pessoa tem a propriedade em questão obviamente requer algum tipo de experiência; parece, portanto, absurdo considerar este como um item de conhecimento *a priori*.

Basicamente a mesma objeção é repetida para o exemplo de contingente *a priori* apresentados por Kripke. Pois aqui teríamos algo do estilo

- (7) Lee é o mais jovem espião chinês (se existe um).

onde ‘Lee’ é introduzido em uma cerimônia de batismo como rigidamente designando o indivíduo que tem a propriedade de ser o mais jovem espião chinês. (A cláusula existencial entre parênteses é adicionada, como vimos, para eliminar a objeção trivial de que poderia não existir tal pessoa; portanto, o conhecimento *a priori* é da sentença que diz que, caso exista o correspondente da descrição, ele é Lee.) A ideia de Kripke é que a verdade desta sentença pode ser conhecida *a priori*, sem nenhuma investigação sobre a vida profissional de Lee. Para testar a afirmação de que podemos conhecer *a priori* a verdade da sentença acima, Soames imagina duas situações possíveis no que diz respeito ao contato epistêmico que um sujeito possa ter com esta pessoa que é o mais jovem espião chinês (supondo que exista um). Na primeira situação, não há nenhum tipo de contato, i.e., o sujeito não tem nenhuma ideia a respeito de quem seja o mais jovem espião chinês. Nestas circunstâncias, segundo Soames, não se pode conhecer a verdade de (7), e uma mera cerimônia linguística estipulativa não pode mudar esta situação. Na segunda situação, o sujeito já tem, com base em experiências perceptuais e informação coletada, algum tipo de conhecimento ou crença a respeito de uma determinada pessoa que ela corresponde à descrição dada. Neste caso, o sujeito pode conhecer a verdade de (7), mas isto não elimina o fato de que o conhecimento originalmente foi adquirido com base em experiência perceptual e informação sendo, portanto, *a posteriori*, e não *a priori* como quer Kripke. Ou seja, ou temos algum tipo de conhecimento a respeito de uma certa pessoa que ela corresponde à descrição (sendo, portanto, conhecimento *a posteriori*) ou não temos conhecimento sobre pessoa alguma, e neste caso não se pode dizer que conheçamos (7), seja *a priori*, seja *a posteriori*.

Este particular ponto crítico de Soames não parece bem fundamentado. Pois a mudança de perspectiva segundo a qual o caráter perde a preponderância e esta é assumida pelo conteúdo (proposição Russelliana) é apontada por Kaplan como um fenômeno semântico que surge no reporte em terceira pessoa de uma crença ou item de conhecimento, mas isto não indica necessariamente algo sobre a natureza da crença ela mesma (e, portanto, sobre a natureza do conhecimento *a priori*). Ou seja, ainda que ao reportarmos uma crença de outra pessoa sejamos forçados pelos nossos recursos semânticos a recorrer à proposição (ao invés do caráter), isto não significa que a

crença se dê como uma relação entre a pessoa e a proposição. Ao contrário, há muitos exemplos usados por Kaplan e outros, para ilustrar o fato de que podemos ter conhecimento *a priori* de um caráter, sem necessariamente conhecermos a proposição correspondente. E.g., uma situação em que alguém despertando de um longo coma em um hospital não ter a menor ideia de qual o conteúdo expresso por ‘eu estou aqui agora’. Se tentarmos reportar em discurso indireto o que esta pessoa sabe, então seremos forçados a recorrer ao conteúdo (diríamos ‘Fulano sabe que ele está aqui’, i.e., fazemos referência à proposição Russelliana que tem como elementos esta pessoa, e a propriedade de estar em um determinado local). Mas isto não significa que a relação cognitiva que pretendemos reportar se dê entre ele e esta proposição, pois obviamente não se dá.

4 O problema mais amplo

Os exemplos de Kripke inicialmente causaram uma forte reação (sobretudo entre filósofos de inspiração Fregeana) principalmente por combinar duas modalidades que, classicamente e por várias razões, foram vistas como não combináveis (contingência e aprioricidade). No entanto, a discussão centrada na combinação de contingência com aprioricidade obscurece aquilo que há de mais profundo e de verdadeiramente problemático nos exemplos de Kripke. Pois, como Jeshion (2000) e mais recentemente Hawthorne e Manley (2012) observaram, a combinação de contingência com necessidade não é necessária para que casos similares sejam igualmente problemáticos, e nem é suficiente tampouco. Há casos de necessário *a priori*, e contingente *a posteriori* em que temos conhecimento singular tornado possível apenas por uma estipulação linguística, e estes são igualmente problemáticos.

O que há de mais problemático nos casos de Kripke e Kaplan deriva de dois fatos: primeiro, que o conhecimento em questão diga respeito a uma proposição singular, i.e., uma proposição que contém o seu objeto como elemento. Segundo, que o elemento crucial no acesso epistêmico do sujeito à proposição singular seja uma estipulação linguística da forma ‘N é DD’. O enigma então é o fato de uma mera estipulação linguística, que é um ato em larga medida arbitrário, gerar acesso a proposições singulares (e, novamente, o fato de serem

contingentes ou necessárias, *a priori* ou *a posteriori*, é de importância apenas marginal aqui).

Marco Ruffino
UFRJ
ruffino@gmail.com

Referências

- Donnellan, K. 1977. The Contingent A Priori and Rigid Designators. *Midwest Studies in Philosophy II*: 12-27.
- Hawthorne, J. e Manley, D. 2012. *The Reference Book*. Oxford: Oxford University Press.
- Kaplan, D. 1989. Demonstratives. An Essay on the Semantics, Logic, Metaphysics and Epistemology of Demonstratives and Other Indexicals. In *Themes From Kaplan*. Editado por Almog, J., Perry, J., Wettstein, H. New York: Oxford University Press.
- Kripke, S. 1980. *Naming and Necessity*. Cambridge: Harvard University Press.
- Jeshion, R. 2000. Ways of Taking a Meter. *Philosophical Studies* 99: 297–318.
- Perry, J. 1977. Frege on Demonstratives. Reprinted In Perry, J., *The Problem of the Essential Indexical and Other Essays*. Stanford: CSLI Publications, 2000.
- Perry, J. 1997. Reflexivity, Indexicality and Names. Reprinted In Perry, J., *The Problem of the Essential Indexical and Other Essays*. Stanford: CSLI Publications, 2000.
- Soames, S. 2003. *Philosophical Analysis in the Twentieth Century. Vol. 2. The Age of Meaning*. Princeton: Princeton University Press.
- Soames, S. 2005. *Reference and Description*. Princeton: Princeton University Press.